



**AEROPORTO REGIONAL DE MARINGÁ**

**Diretoria Executiva do SBMG**

**Diretoria Administrativa do SBMG**

**Compras e Licitações do SBMG**

Av. Dr. Vladimir Babkov, S/Nº, - Bairro Parque Industrial Mario Bulhões, Maringá/PR,  
CEP 87065-665 Telefone: (44) 3366-3847 - <https://www.aeroportomaringa.com.br/pt>

## **EDITAL DE LICITAÇÃO**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026**

**A TERMINAIS AÉREOS MARINGÁ SBMG S/A**, empresa pública de direito privado, com sede na Av. Dr. Vladimir Babkov nº 900 – Aeroporto Regional de Maringá Silvio Name Júnior, CEP: 87065-665, nesta cidade de Maringá, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ nº 03.869.208/0001-30, autorizada pelo previsto no Artigo 3º da Lei Municipal nº 4987/99, torna público que realizará licitação, a qual será regida pela Lei Federal nº 13.303/16 - Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dispositivos da Lei 14.133/21 que se referem à modalidade de licitação denominada Pregão; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal n.º 147, de 14 de agosto de 2014, Lei Complementar Municipal 1142/2019, Decreto 3.555/00, Artigo 37, XXI da Constituição Federal, pelo Regulamento de Licitações da SBMG S/A e demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente licitação e pelas condições do presente Edital. O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos.

<b>Objeto</b>	Contratação de empresa especializada para o fornecimento e a instalação de aparelhos de ar-condicionado, incluindo todos os materiais e serviços necessários à plena operação dos equipamentos, com garantia mínima de 12 (doze) meses, abrangendo, durante esse período, toda a manutenção necessária, destinados ao Terminal de Passageiros do Aeroporto Regional de Maringá – SBMG.
<b>Modalidade</b>	Pregão Eletrônico
<b>Critério de Julgamento</b>	Menor preço
<b>Plataforma de disputa</b>	<a href="http://www.gov.br/compras/pt-br/">www.gov.br/compras/pt-br/</a> “Acesso Identificado”
<b>Credenciamento</b>	SICAF - <a href="http://www.gov.br/compras/pt-br/">www.gov.br/compras/pt-br/</a>
<b>Data e horário da sessão pública</b>	<b>10/06/2026, às 9h30min</b>
<b>Modo de disputa</b>	Aberto
<b>Visita Técnica</b>	Facultativa, mediante prévio agendamento
<b>Garantia da contratação</b>	Não
<b>Valor máximo da contratação</b>	<b>R\$ 242.023,40 (duzentos e quarenta e dois mil, vinte e três reais e quarenta centavos).</b>
<b>Locais de divulgação das informações do certame</b>	Portal comprasgov - <a href="http://www.gov.br/compras/pt-br/">www.gov.br/compras/pt-br/</a> Portal da transparência do Aeroporto Regional de Maringá - <a href="https://www.aeroportomaringa.com.br/">https://www.aeroportomaringa.com.br/</a>
<b>UASG</b>	928214 – Terminais Aéreos de Maringá

<b>Pregoeiro(a)</b>	Mirian Coutinho de Lima, designada pela Decisão Administrativa nº 01/SBMG/2025.
---------------------	---

## 1 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA, DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E SESSÃO PÚBLICA

- 1.1. O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).
- 1.2. A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá em **10 de junho de 2026 às 9h30min**, no site [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), nos termos das condições descritas neste Edital.

## 2 DO OBJETO

- 2.1 O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada para o fornecimento e a instalação de aparelhos de ar-condicionado, incluindo todos os materiais e serviços necessários à plena operação dos equipamentos, com garantia mínima de 12 (doze) meses, abrangendo, durante esse período, toda a manutenção necessária, destinados ao Terminal de Passageiros do Aeroporto Regional de Maringá – SBMG.
- 2.2 Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) e <https://www.aeroportomaringa.com.br/> (aba portal da transparência – licitações).
- 2.3 A licitação será em item único, conforme indicado no termo de referência (**ANEXO I**) e proposta ajustada (**ANEXO II**) do edital, devendo a licitante informar preço unitário e preço global na proposta, não sendo permitido valor acima do máximo estabelecido no edital, sob pena de desclassificação.
- 2.4 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no Compras Governamentais e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as do Edital.
- 2.5 As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo telefone nº (044) 3366-3838 / 3366-3847 / 3366-3854, ou ainda pelo endereço eletrônico: [adm@aeroportomaringa.com.br](mailto:adm@aeroportomaringa.com.br); [licitacao@aeroportomaringa.com.br](mailto:licitacao@aeroportomaringa.com.br)
- 2.6 As questões estritamente técnicas referentes ao objeto licitado serão prestadas pela Diretoria de Infraestrutura, telefone nº (044) 3366-3835 – Sr. Sérgio.

### 3 DO VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO

- 3.1** O valor máximo estimado da licitação é de **R\$ 242.023,40 (duzentos e quarenta e dois mil, vinte e três reais e quarenta centavos)**.
- 3.2** O valor máximo de cada item consta no Termo de Referência (ANEXO I deste edital).
- 3.3** Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente edital são oriundos dos Recursos próprios da Terminais Aéreos de Maringá;

### 4 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

- 4.1** O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO**, observadas as especificações técnicas constantes do Termo de Referência e demais condições definidas neste Edital.
- 4.2** Será utilizado o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

### 5 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 5.1** Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar **esclarecimentos ou providências** em relação ao presente PREGÃO, ou ainda para **impugnar este Edital**, desde que o faça com antecedência de até **03 (três) dias úteis**, da data fixada para a abertura da sessão pública do certame.
- 5.1.1** As impugnações e/ou pedidos de esclarecimentos referentes ao Edital deverão ser dirigidas ao pregoeiro, enviadas exclusivamente aos seguintes endereços eletrônicos: [adm@aeroportomaringa.com.br](mailto:adm@aeroportomaringa.com.br); [licitacao@aeroportomaringa.com.br](mailto:licitacao@aeroportomaringa.com.br)
- 5.1.2** O pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 5.1.3** Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização deste PREGÃO.
- 5.2** A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.
- 5.3** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 5.3.1** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 5.3.2** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

### 6 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 6.1** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26 de abril de 2018.

**6.2** As empresas não cadastradas no SICAF, que tiverem interesse em participar do presente PREGÃO, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação de acordo com as orientações que seguem no link: <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/conheca-o-compras/sicaf-digital> até o terceiro dia útil anterior à data do recebimento das propostas.

**6.3** A regularidade do cadastramento do licitante será confirmada por meio de consulta ao Portal COMPRASNET, no ato da abertura do Pregão.

**6.4** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, de 07 de agosto de 2014, Lei Complementar Municipal 1142/2019.

Será vedada a participação de empresas:

- a) proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- b) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- c) enquadradas nas disposições no artigo 38 da Lei Federal nº 13.303/2016, ou ainda,
- d) que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação.

Como requisito para participação neste Pregão, o licitante assinalará “**sim**” ou “**não**”, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

**6.4.1.** que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Artigos. 42 a 49;

**6.4.1.1.** nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

**6.4.1.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

**6.4.2.** que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital, TR e seus anexos;

**6.4.3.** que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

**6.4.4.** que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**6.4.5.** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**6.4.6.** que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

**6.4.7.** que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**6.4.8.** que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

**6.4.9.** Que obteve todas informações de conhecimento do objeto e do referido pregão, não sendo utilizado pela empresa, para qualquer manifestação posterior contra a Contratante.

**6.5.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **7. DO CREDENCIAMENTO**

**7.1.** O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

**7.2.** O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

**7.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

**7.4.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**7.5.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**7.5.1.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## **8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

**8.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com o preço ou percentual de desconto, até a data e o horário estabelecidos (item nº 01 do edital) para abertura da sessão pública.

**8.2.** O envio da proposta e documentos de habilitação exigidos neste Edital ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**8.3.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

**8.4.** Os preços e os produtos/serviços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**8.5.** Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e considerar as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, descrevendo detalhadamente as características do objeto, informando marca/fabricante, se for o caso, e demais informações em campo próprio do sistema, preço global, com até duas casas decimais após a vírgula.

**8.6.** A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

**8.7.** Após início da sessão, não cabe mais desistência, devendo o licitante manter sua proposta ou lance, sob pena da aplicação das sanções cabíveis.

- 8.8.** Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, tributos, fretes e carretos, inclusive ICMS e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou da prestação de serviços, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para a Terminais Aéreos de Maringá.
- 8.9.** Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 8.10.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 8.11.** A proposta deverá **conter**:
- 8.11.1. Preços unitários e totais**, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.
  - 8.11.2.** A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.
  - 8.11.3.** O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), **com até duas casas decimais (0,00)**.
  - 8.11.4.** A **proposta**, enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, deve atender todas as especificações técnicas obrigatórias do **Edital e Anexos** sob pena de desclassificação.
  - 8.11.5.** A **proposta** apresentada terá que refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação.
  - 8.11.6.** O Pregoeiro reserva-se o direito de realizar diligências para instrução do processo sobre informações que não estejam claras, bem como de solicitar documentos complementares que julgar necessários para os respectivos esclarecimentos.
- 8.12.** A Terminais Aéreos de Maringá poderá solicitar ao licitante a prorrogação do prazo de validade da PROPOSTA por até 30 (trinta) dias. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido; entretanto, no caso de concordância, a PROPOSTA não poderá ser modificada.

## **9. DA ABERTURA DA SESSÃO, FORMULAÇÃO DE LANCES E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

- 9.1.** Na data e horário informado no item 1 deste edital, horário de Brasília-DF, a sessão pública na internet será aberta por comando do(a) Pregoeiro(a), com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.
- 9.2.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, valores acima do máximo estabelecido, ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 9.2.1.** Também será desclassificada a proposta **(eletrônica)** que identifique o licitante.
  - 9.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
  - 9.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 9.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de

lances.

- 9.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 9.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.5.1.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.
- 9.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 9.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 9.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1,00 (um real)**.
- 9.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 9.10.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 9.11.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.12.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.13.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 9.14.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no edital de licitação, para a definição das demais colocações.
- 9.15.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 9.16.** Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.
- 9.17.** Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 9.18.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 9.19.** Caso o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de lances da sessão pública, e permanecendo acessíveis aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem o prejuízo dos atos realizados.

- 9.20.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 9.21.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 55, da Lei Federal nº 13.303/2016.
- 9.22.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 9.23.** Caso a etapa de lances ultrapasse o horário de expediente, o pregão será suspenso e retornará no horário informado pelo pregoeiro via chat.
- 9.24.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 9.25.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.26.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 9.27.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

## **10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

- 10.1.** Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro convocará o licitante detentor da melhor oferta, através da ferramenta “convocar anexo”, para que anexe no prazo de até **02 (duas) horas**, a partir da solicitação do Pregoeiro, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, **(Anexo II)**, devendo, ainda, apresentar os valores unitários de cada item e subitem, respeitando os valores máximos unitários, e acompanhada, se for o caso, de documentos complementares (catálogo/prospecto) com as especificações, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital, sob pena de preclusão.
- 10.1.1.** Deverá ser enviada a ficha técnica/catálogo do produto oferecido, juntamente com a proposta ajustada.
- 10.1.2.** O prazo de 02 (duas) horas deverá estar em conformidade com o efetivo funcionamento do órgão público, ou seja, das 8h30min às 12h e das 13h30min às 17h30min.
- 10.1.3.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro
- 10.1.4.** A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo de 02 (duas) horas, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preço Ajustada, sendo realizado, pelo Pregoeiro, o registro da não aceitação da proposta.
- 10.1.5.** Em caso de impossibilidade de atendimento no prazo, o licitante deverá solicitar, dentro do prazo estipulado da convocação, via chat ou e-mail, prorrogação do mesmo
- 10.1.6.** Os documentos complementares, quando exigidos (catálogo/prospecto com as especificações), poderá ser anexado junto com a proposta ajustada.
- 10.1.7.** O não encaminhamento do documento acima solicitado ou sua não aprovação ensejará à desclassificação, sendo convocada a licitante classificada em 2º lugar para atender ao disposto acima e assim sucessivamente.
- 10.1.8.** A licitante deverá encaminhar o documento referente à proposta ajustada (**ANEXO II**) em PDF,



devidamente configurado, assinado e em formato para impressão

**10.2.** O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**10.3.** Serão desclassificadas as propostas de preços que:

**10.3.1.** não atenderem às exigências deste edital;

**10.3.2.** apresentarem, após a fase de lances ou negociação, valores superiores aos estabelecidos para a presente contratação ou preços manifestamente inexequíveis.

**10.3.2.1.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**10.3.2.2.** Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

**10.3.2.3.** A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

**10.4.** Caso haja propostas apresentadas por microempresas e empresas de pequeno porte, iguais ou até 5% superiores à proposta detentora do melhor lance e não sendo esta ME ou EPP, será assegurada preferência de contratação, respeitado o que segue:

**a)** A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor lance, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento dos lances, controlados pelo sistema, sob pena de preclusão.

**b)** Caso o lance ofertado, conforme condições do item, seja inferior ao menor lance original, o objeto será adjudicado em favor da microempresa ou empresa de pequeno porte, se habilitada.

**c)** Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME e EPP que se enquadrem na condição prevista, na ordem classificatória, para a manifestação do mesmo direito.

**d)** Caso o empate persista até o encerramento do item, o Sistema fará um sorteio eletrônico entre os fornecedores envolvidos, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final de desempate.

**e)** Na hipótese da não contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos previstos neste edital, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que sejam atendidos os demais requisitos.

**10.5.** O Pregoeiro efetuará a aceitação, classificando a proposta de **MENOR PREÇO**, após o encerramento da etapa de lances, podendo encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas, diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor.

**10.5.1.** Para a aceitação da proposta a licitante deverá atentar para o fato de que todos os valores deverão

conter, obrigatoriamente, apenas **02 (duas)** casas decimais.

**10.5.2.** Caso a proposta da licitante não contenha apenas duas casas decimais, o Pregoeiro efetuará referida adequação.

**10.6.** Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor ou maior desconto não ser aceito ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias ou produtos/serviços não atenderem as especificações exigidas no edital, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

**10.6.1.** Ocorrendo a hipótese anterior, o Pregoeiro poderá ainda negociar com a licitante, no sentido de se obter preço melhor.

**10.7.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

**10.8.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema, através do “chat”, com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**10.9.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta

**10.9.1.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

**10.10.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**10.11.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

**10.12.** Em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da proposta ajustada por meio do e-mail: [adm@aeroportomaringa.com.br](mailto:adm@aeroportomaringa.com.br); [licitacao@aeroportomaringa.com.br](mailto:licitacao@aeroportomaringa.com.br). Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o pregoeiro para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo. O pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto da Terminais Aéreos de Maringá, quanto do emissor.

**10.13.** É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

**10.14.** Se a proposta não for aceitável ou se a LICITANTE deixar de enviar a Proposta de Preços atualizada, o Pregoeiro DESCLASSIFICARÁ e examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital

## **11. DA HABILITAÇÃO**

**11.1.** O não atendimento das exigências constantes neste item do Edital implicará na inabilitação do licitante.

**11.2.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**11.2.1. SICAF.**

**11.2.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União ( <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/> )**

**11.3.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**11.4.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**11.5.** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

**11.6.** Os documentos referentes à habilitação serão exigidos apenas do licitante vencedor e deverão ser anexados ao sistema eletrônico no prazo de **2 (duas) horas** após a solicitação pelo pregoeiro.

**11.6.1.** O prazo poderá ser prorrogado por igual período, nas seguintes situações:

**I.** Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pela pregoeira ou

**II.** De ofício, a critério do(a) pregoeiro(a), quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade.

**11.7.** Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

II - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas

**11.7.1.** O pregoeiro concederá prazo para envio de documentos de acordo com o item **11.6 e 11.6.1** deste edital.

**11.7.2.** No caso de documento ausente que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação, será permitida a sua inclusão, desde que o documento apenas venha a atestar condição preexistente à abertura da sessão pública do certame, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro, que concederá prazo de acordo com os itens **11.6 e 11.6.1** deste edital.

**11.8.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

**11.9.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

**11.10.** Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**11.10.1.** A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

**11.11.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos Artigos. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

## **11.12. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

<b>11.12.1</b>	<b>Habilitação Jurídica</b>
<b>11.12.2</b>	<b>Regularidade Fiscal e Trabalhista</b>
<b>11.12.3</b>	<b>Qualificação Econômico-Financeira</b>
<b>11.12.4</b>	<b>Qualificação Técnica</b>
<b>11.12.5</b>	<b>Visita Técnica</b>
<b>11.12.6</b>	<b>Declarações</b>

### **11.12.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- a) **Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado**, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, emitida há, no máximo, **120 (cento e vinte) dias**
- b) No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.
- d) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) Ata, registrada na Junta Comercial, das assembleias que tenham aprovado ou alterado os estatutos em vigor e ata de eleição dos administradores em exercício, no caso de cooperativas.

### **11.12.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

- a) Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ**;
- b) Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal**, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, com data vigente;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de **Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa Tributos Estaduais, mediante apresentação de **Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa** do domicílio ou sede do licitante ;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente

mediante apresentação de **Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa:**

- f) Certificado de Regularidade de Situação para com o **Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS):**  
g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa**, nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

**g.1)** Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**g.2)** A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

### **11.12.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante emitida há, no máximo, 60(sessenta) dias, da data da abertura deste pregão;  
b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.;

**b.1)** Entende-se por “boa situação financeira”:

**I.** Patrimônio Líquido Mínimo correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação no prazo de 12 meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

**ou** comprovação dos seguintes índices:

**II.** ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE [ $LC = AC/PC$ ] igual ou superior a 1 (um inteiro), em que

LC = Índice de Liquidez Corrente

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

**III.** ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL [ $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$ ] igual ou superior a 1 (um), em que:

LG = Índice de Liquidez Geral

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

ELP = Exigível a Longo Prazo

**IV.** GRAU DE ENDIVIDAMENTO GERAL [ $GEG = (PC + ELP)/(AT)$ ] menor ou igual a 1 (um inteiro), em que:

GEG = Grau de Endividamento Geral

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

**b.2)** Quanto às demonstrações contábeis, entende-se que estas serão “apresentadas na forma da Lei” nas seguintes situações e condições:

- I.** As Demonstrações Contábeis devem conter o Termo de Abertura e de Encerramento devidamente registrados ou arquivados na Junta Comercial do Estado, ou Cartório pertinente, com as respectivas folhas numeradas, ou seja, cópia fiel do Livro Diário, autenticado;
- II.** As empresas que publicam suas Demonstrações Contábeis na imprensa Oficial poderão apresentar cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União, do Estado, ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a empresa, ou em jornal de grande circulação;
- III.** As empresas sujeitas à apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do Art. 2º do Decreto Federal nº 6.022/2007, com a utilização do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) deverão apresentar em documentos impressos extraídos do livro digital, tais como: o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, os Termos de Abertura e Encerramento do livro digital e o Recibo de entrega do livro digital;
- IV.** As empresas constituídas no Exercício em curso deverão enviar cópia do último Balancete de Verificação, devidamente assinado pelo Profissional Contábil e Representante Legal da Empresa;
- V.** Até 30 de abril serão aceitas Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado, após esta data é obrigatória à apresentação das Demonstrações do último exercício encerrado;
- VI.** Para as empresas sujeitas à apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do Art. 2º do Decreto Federal nº 6.022/2007, com a utilização do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), fica prorrogado até o dia 30 de junho a aceitabilidade das Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado;
- VII.** O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Profissional de Contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo Titular ou representante legal da empresa;
- VIII.** Serão aceitos balanços intermediários a fim de comprovar as exigências do item “IV”, desde que haja previsão desta modalidade no Contrato Social;
- IX.** As Demonstrações Contábeis devem ser referentes a um exercício completo, exceto o Balanço de Abertura que será apresentado por empresas constituídas no exercício em curso.

**11.12.3.1.** O pregoeiro reserva-se o direito de solicitar diligências a fim de comprovar a veracidade, solidez e consistência dos saldos contábeis. Caso não seja atendido satisfatoriamente, com segurança razoável a diligência, a licitante poderá ser desclassificada / inabilitada.

**Justificativa:** A exigência de qualificação econômico-financeira justifica-se pela necessidade de assegurar que a empresa contratada possua capacidade financeira para executar integralmente o objeto, que envolve fornecimento, instalação, garantia e manutenção de aparelhos de ar-condicionado no Terminal de Passageiros do Aeroporto Regional de Maringá – SBMG. A contratação demanda aquisição de equipamentos, mão de obra especializada, materiais, suporte técnico e atendimento de manutenções durante o período de garantia, exigindo estrutura financeira compatível para evitar riscos de inadimplemento, paralisação dos serviços ou descumprimento contratual. Além disso, por se tratar de ambiente aeroportuário, a continuidade e o adequado funcionamento do sistema de climatização são essenciais à operação, ao conforto e à segurança dos usuários, tornando necessária a verificação da saúde financeira da futura contratada

#### **11.12.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

##### **11.12.4.1. Qualificação Técnico-Operacional:**

- a)** Atestado(s) de capacidade técnica que comprove(m) que a empresa licitante tenha fornecido, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda para empresa privada, serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação, a saber:

- Fornecimento e instalação de aparelhos de ar-condicionado, mínimo 50% da quantidade Contratada.

- b)** Comprovação de cadastro da Empresa Licitante junto ao órgão fiscalizador em data vigente através da Certidão de Registro e Quitação no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT)

**Justificativa:** a exigência da qualificação técnica é necessária para verificar se a empresa vencedora tem capacidade de executar o objeto do contrato de forma adequada, garantindo segurança, confiabilidade e funcionamento eficiente do sistema. Exigir qualificação técnica ajuda a garantir que o fornecedor tenha experiência comprovada em instalar e manter sistemas que atendam a esses padrões. Além disso, Aeroportos são ambientes regulados por normas técnicas. Um fornecedor qualificado saberá atender a essas exigências.

#### **11.12.4.2. Qualificação Técnico-Profissional**

- a)** Declaração de Indicação do responsável técnico pelo gerenciamento dos serviços sendo, no mínimo, Engenheiro Mecânico e /ou o Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado.

- b)** Comprovação de cadastro do(s) profissional(ais) indicado(s) no item anterior junto ao órgão fiscalizador em data vigente através da Certidão de registro e Quitação no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT)

- c)** Comprovante de vínculo empregatício entre a Licitante e os profissionais indicados como responsável técnico, os quais não poderão ser substituídos sem autorização/anuência da Contratante, que poderá ser através de:

- c.1)** Apresentação de vínculo trabalhista (registro em carteira de trabalho e previdência social – CTPS e ficha de empregado) em sendo o profissional empregado do licitante ou;
- c.2)** Apresentação de contrato social, em sendo o profissional integrante do quadro societário do licitante;
- c.3)** Apresentação de contrato de prestação de serviço regido pela legislação civil, celebrado entre o profissional e a Licitante, e/ou;
- c.4)** Apresentação de declaração de disponibilidade pela Empresa Licitante, desde que conste com a anuência formal dos profissionais, e em caso, da licitante sagrar-se vencedora deverá apresentar um dos documentos elencado acima nos subitens c.1., ou c.2., ou c.3., a qual deverá ser apresentada cópia do documento autenticado como condição para assinatura do contrato, sob pena de inabilitação, e/ou;
- c.5)** Caso conste o nome do profissional na certidão de registro da empresa no conselho, está dispensada de apresentação de vínculo conforme 'c.1', 'c.2', 'c.3', ou 'c.4' deste termo de referência.

- d)** Declaração (**ANEXO VI**) de que disporá, para a execução contratual, de equipe operacional devidamente capacitada nas Normas Regulamentadoras aplicáveis, especialmente:

- NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade);
- NR-35 (Trabalho em Altura), quando aplicável.

d.1) A comprovação da capacitação referida no item anterior deverá ser apresentada como condição para a assinatura do contrato, por meio de certificados válidos dos profissionais que efetivamente executarão os serviços.

d.2) A não apresentação da documentação comprobatória no prazo estabelecido ensejará a inabilitação da licitante.

**Obs.:** Em se tratando dos profissionais não registrado no CREA no Estado do Paraná, deverá ser apresentado o registro dos profissionais do estado de origem. Caso a Empresa Licitante seja declarada vencedora desta licitação, ficará obrigada a apresentar o Visto de autorização do CREA do Paraná ao fiscal do contrato, como condição para assinatura do contrato, sob pena de inabilitação.

**Justificativa:** A exigência de qualificação técnico-profissional encontra respaldo na Resolução CFT nº 123/2020, que estabelece as competências do Técnico em Refrigeração e Climatização, incluindo a execução, supervisão, coordenação e assunção de responsabilidade técnica por serviços de instalação, manutenção e operação de sistemas de climatização, bem como na legislação aplicável às profissões regulamentadas no âmbito do Sistema CONFEA/CREA. Considerando a natureza do objeto, que envolve a instalação de equipamentos de ar-condicionado, com possíveis intervenções em sistemas elétricos, estruturais e de automação, a exigência de profissional habilitado mostra-se indispensável para assegurar a adequada execução contratual, a integridade das instalações e a segurança dos usuários. Destaca-se que a execução dos serviços ocorrerá em ambiente aeroportuário, caracterizado por elevada complexidade operacional, necessidade de continuidade dos serviços, restrições de acesso, além do atendimento a normas técnicas, operacionais e de segurança específicas, inclusive relacionadas à aviação civil e à operação de infraestrutura crítica. Nesse contexto, a atuação de profissional devidamente habilitado e registrado em conselho profissional é essencial para mitigar riscos operacionais, garantir a conformidade com padrões técnicos exigidos e assegurar a confiabilidade e eficiência dos sistemas instalados.

Dessa forma, a exigência de indicação de responsável técnico, seja engenheiro ou técnico devidamente registrado no conselho profissional competente, observa os princípios da legalidade, da proporcionalidade e da eficiência, sendo medida necessária e adequada à complexidade e aos riscos inerentes ao objeto contratual.

#### **11.12.5. VISITA TÉCNICA**

- a) Atestado de visita passado pela SBMG S/A, em nome da licitante, de que esta, através de representante, visitou o local objeto da licitação, tomando conhecimento de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na prestação dos serviços, bem como que teve conhecimento dos detalhes e condições de atendimento; **ou**
- b) Declaração (**anexo**) emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para a execução do objeto e que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza da concessão, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará desta para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com a CONTRATANTE.
- c) Quando da visita técnica, a SBMG, emitirá documento comprovando que a licitante enviou representante, o qual deverá ser anexado junto com os demais documentos sob pena de **inabilitação**.
- d) Para a visita ao local, a licitante deverá procurar a Diretoria de Infraestrutura do Aeroporto, das 9h00 às 11h00 e das 14h00 às 16h:00, de segunda a sexta-feira, (dias úteis) até o dia útil anterior à data da abertura do pregão, podendo ser agendado através do telefone (44) 3366-**3838** (44) 3366-**3835 ou 3837**, (Sr. Sérgio, Sr. Roberto ou outro servidor designado), o qual emitirá declaração de visita que deverá ser anexado junto com os demais documentos sob pena de inabilitação.

#### **11.12.6. DECLARAÇÕES:**

- a) Declaração Unificada, conforme modelo (**ANEXO III**)
- b) Declaração Responsabilidade por Danos (**ANEXO IV**)
- c) Declaração de Visita Técnica (**ANEXO V**)
- d) Declaração de Disponibilização de Equipe (**ANEXO VI**)

### **12. DA COMPROVAÇÃO DE HABILITAÇÃO**



**12.1.** A habilitação dos Licitantes será comprovada por meio de prévia e regular inscrição cadastral no SICAF, desde que os documentos comprobatórios estejam validados e atualizados.

**12.1.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo(a) pregoeiro (a), até a conclusão da fase de habilitação.

**12.1.2.** O cadastro no SICAF poderá substituir apenas a apresentação dos documentos relativos à habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, desde que tais documentos constem regularmente do sistema, estejam válidos e atualizados, sendo obrigatória a apresentação dos demais documentos.

**12.1.3.** Na hipótese dos documentos se encontrarem vencidos no referido sistema (SICAF), o licitante convocado deverá encaminhar, juntamente com os demais, o documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvando o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

a) Também poderão ser consultados nos sítios oficiais emissores de certidões de regularidade fiscal e trabalhista a veracidade dessas certidões.

**12.2.** Os documentos de que tratam os subitens anteriores serão analisados pelo pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com o solicitado neste Edital.

**12.3.** Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

**12.4.** O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

**12.5.** Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

**12.6.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado aceito/vencedor.

### **13. DA SOLICITAÇÃO/APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS**

**13.1.** Nesta licitação não será exigida a apresentação de amostras. Será exigida a apresentação de ficha técnica, catálogo/folder/datasheet dos equipamentos ofertados pela licitante.

### **14. DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL**

**14.1.** A documentação relacionada **no item 11**, caso solicitada em formato impresso, deverá ser encaminhada em original ou cópias, juntamente com a proposta final também original, no **prazo máximo de 03 (três) dias úteis**, contados da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, no seguinte endereço: **Av: Dr. Vladimir Babkov nº 900 – Parque Industrial Mário Bulhões – CEP: 87065-665 - Maringá/PR**, aos cuidados do Departamento de Compras, Licitações e Contratos e do(a) Pregoeiro(a) responsável. O envelope contendo os documentos deve estar lacrado e informar o nome da empresa ou empresário individual, número do CNPJ, número e ano do Pregão Eletrônico.

**14.2.** Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro o declarará aceito/vencedor.

**14.3.** Ocorrendo a inabilitação, o pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

## **15. DOS RECURSOS**

**15.1.** Qualquer licitante poderá, no prazo de **30 (trinta) minutos**, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

**15.2.** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação, ficando os demais licitantes, desde logo intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

**15.3.** Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no site: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

**15.4.** O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo

**15.5.** Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o Pregoeiro terá até **10 (dez)** dias úteis para:

**15.5.1.** Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;

**15.5.2.** motivadamente, reconsiderar a decisão;

**15.5.3.** manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade competente;

**15.6.** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**15.7.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.

**15.8.** Não havendo recurso, o Pregoeiro encaminhará o procedimento à autoridade superior para adjudicação e homologação.

## **16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**16.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**16.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**16.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**16.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**16.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**16.2.2.** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**17.1.** Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.

**17.1.1.** Se o primeiro proponente classificado não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

**17.2.** A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor.

**17.2.1.** A homologação do resultado desta licitação não obriga esta Administração à aquisição do objeto licitado.

## **18. DO PAGAMENTO**

**18.1.** Os pagamentos referentes ao item 1 (equipamentos e materiais de instalação) e 2 (mão de obra de instalação) serão realizados da seguinte forma:

### **18.1.1. Equipamentos e materiais de instalação:**

- a)** 50% (cinquenta por cento) referente ao valor dos equipamentos e materiais de instalação, em até 10 (dez) dias após a entrega dos produtos no Aeroporto de Maringá.
- b)** 50% (cinquenta por cento) restante referente ao valor dos equipamentos e materiais de instalação, em até 10 dias após a instalação dos equipamentos.

### **18.1.2. Mão de Obra de instalação:**

- a)** 80% (oitenta por cento) do valor da mão de obra em até 10 dias após a instalação dos equipamentos e em pleno funcionamento.
- b)** 20% (vinte por cento) restantes do valor dos serviços de instalação, após 90 (noventa) dias de funcionamento regular dos equipamentos, mediante verificação da adequada execução dos serviços e emissão do recebimento definitivo, sem constatação de falhas atribuíveis à instalação.

**18.2.** Todos os pagamentos somente serão efetuados após a emissão de nota fiscal, devidamente recebida e atestada pelo fiscal do contrato;

**18.3.** Quando da efetivação das compras, o fornecedor deverá descrever os serviços prestados na Nota Fiscal ;

**18.4.** A nota fiscal de prestação de serviços com retenção de impostos deverá ser emitida até o 5º (quinto) dia útil posterior ao mês de prestação de serviços e seu respectivo pagamento deverá ocorrer até o dia 30 do mês da emissão.

**18.5.** As faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao emitente e seus vencimentos correrão 20 (vinte) dias após a data de sua reapresentação.

**18.6.** O CNPJ da CONTRATADA constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada

nos documentos de habilitação.

## **19. DO REAJUSTE DE PREÇOS**

**19.1.** Em caso de prorrogação contratual que estenda o prazo de vigência por um período superior a 12 (doze) meses, o valor poderá ser reajustado de acordo com o índice IPCA, INPC-IBGE ou qualquer outro índice que venha a substituí-los durante esse período;

## **20. DOS PRODUTOS/SERVIÇOS A SEREM ENTREGUES**

**20.1.** Conforme especificado no Termo de Referência.

**20.2.** O local de entrega dos produtos e/ou realização dos serviços é no Aeroporto Regional de Maringá, localizado na Avenida Dr. Vladimir Babkov, nº 900 – Parque Industrial Mário Bulhões – Maringá (PR).

## **21. DA ASSINATURA DO CONTRATO**

**21.1.** Após a adjudicação e a homologação, os preços serão registrados em contrato, cuja minuta constitui o **ANEXO VII** deste Edital.

**21.2.** O contrato será encaminhado através de plataforma de assinatura eletrônica, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, o qual deverá ser assinado eletronicamente pelo contratado dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**21.3.** Após todas as partes assinarem, será enviada automaticamente, através da plataforma eletrônica, para o e-mail cadastrado, a via do contrato com todas as assinaturas.

**21.4.** Quando o(s) primeiro(s) classificado(s) estiver(em) impossibilitado(s) de cumprir com o fornecimento do objeto (devidamente justificado e aceito pela Administração), as licitantes remanescentes poderão ser chamadas para fornecer os serviços/materiais.

**21.5.** Caso os preços dos licitantes remanescentes encontrem-se acima do praticado no mercado, os mesmos poderão ser negociados (reduzidos). Caso os preços venham a ser negociados, os mesmos serão novamente registrados em Aditivo e publicados.

## **22. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES:**

**22.1.** Os direitos e obrigações da contratante e da contratada constam no Termo de Referência e na minuta do Contrato anexo a este edital.

## **23. DAS PENALIDADES**

**23.1.** Pelo atraso no início da execução dos serviços e/ou entrega dos produtos e garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções:

**a)** multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor anual do contrato em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo das sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item **23.7** deste edital.

**b)** A partir do 16º (décimo sexto) dia de atraso no início da execução do serviço, se injustificado, ficará configurada a inexecução total do serviço e a Administração poderá aplicar a contratada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado.

- 23.2.** O valor da multa será descontado no primeiro pagamento após a sua imposição, respondendo por ela os pagamentos futuros e pela diferença, se houver.
- 23.3.** A aplicação das sanções administrativas, inclusive as cláusulas penais, não exime a contratada da responsabilidade civil e penal a que estiver sujeita.
- 23.4.** Quando a proponente não mantiver a sua proposta, apresentar documento e/ou declaração falsa em qualquer fase do procedimento licitatório, deixar de apresentar documento na fase de saneamento, ou por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa compensatória de 2% e cláusula penal de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, podendo ser cumulada com as demais sanções previstas na Lei 13.303/16.
- 23.5.** A desistência ou abandono contratual configuram infrações contratuais, e serão punidas com as penalidades constantes neste Edital.
- 23.6.** Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, além das multas previstas nos incisos anteriores, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração e será descredenciado do cadastro de fornecedores da Terminais Aéreos de Maringá – SBMG S/A.
- 23.7.** O descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA ensejará, garantindo a prévia defesa, a aplicação das seguintes penalidades:
- a)** Advertência;
  - b)** Multa de até 10% (dez por cento) do valor da contratação;
  - c)** Responder por perdas e danos, ocasionados ao SBMG/Contratante, os quais serão apurados em competente processo, levando-se em conta as circunstâncias que tenham contribuído para a ocorrência do fato;
  - d)** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 23.8.** No processo de apuração de faltas cometidas pela proponente ou CONTRATADA, é assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa, ficando estabelecido o prazo de 10 (dez) dias para apresentação de defesa prévia, contados da respectiva intimação.
- 23.9.** O valor da multa aplicada à CONTRATADA será automaticamente descontado do montante a que teria direito. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.
- 23.10.** Configura-se falta grave, passível de rescisão contratual por inexecução contratual, sem prejuízo de outras previstas na Lei 13.303/16, atrasos injustificados no cumprimento do objeto contratual, mediante apuração.
- 23.11.** A licitante que praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo ou atos ilegais visando frustrar os objetivos da licitação, fraudar qualquer documento, retirar sua proposta de preços após conhecer os preços das demais licitantes, ou ainda demonstrar não possuir idoneidade para contratar com o Município de Maringá, em virtude de quaisquer outros atos ilícitos, garantidos o contraditório e a ampla defesa, estará sujeita às penalidades previstas no subitem precedente e outras que couberem.
- 23.12.** Serão aplicadas as sanções previstas na Lei 13.303/2016 à licitante que:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais.

**23.13.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**23.14.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

## **24. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO**

**24.1.** Fica assegurado a SBMG S/A. o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

**24.2.** A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

**24.3.** Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

**24.4.** A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

**24.5.** A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

**24.6.** Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

**24.7.** A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

**24.8.** A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Presidente da SBMG S/A.

## **25. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

**25.1.** Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

**25.2.** Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

**c)** “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

**d)** “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

**e)** “prática obstrutiva”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital;

**f)** atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

**g)** Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

**h)** Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

## **26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**26.1.** O resultado e demais atos do presente certame será divulgado no Portal COMPRASNET através do site [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), no Diário Oficial do Município, através do endereço eletrônico [www.maringa.pr.gov.br](http://www.maringa.pr.gov.br), e no Portal de Transparência da SBMG S/A., através do endereço eletrônico [www.aeroportomaringa.com.br/licitações](http://www.aeroportomaringa.com.br/licitações).

**26.2.** As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que a interpretação não viole a lei e não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

**26.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**26.4.** Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo pregoeiro.

**26.5.** Será facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive parecer técnico à Gerência responsável, requerente do certame, com relação aos produtos cotados, bem como solicitar aos órgãos competentes, elaboração de parecer técnico destinado a fundamentar a decisão.

**26.6.** O Pregoeiro poderá, ainda, relevar erros formais, ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação e não gerem a majoração do preço proposto.

**26.7.** As licitantes devem acompanhar rigorosamente todas as fases do certame e as operações no sistema eletrônico, inclusive mensagem via chat, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, bem como será responsável pela apresentação dos documentos solicitados nos prazos previstos.

- 26.8.** Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.
- 26.9.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal no Município de Maringá, exceto quando explicitamente disposto em contrário.
- 26.10.** A autoridade competente poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba às Licitantes direito à indenização.
- 26.11.** No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 26.12.** É obrigação da proponente observar e acompanhar rigorosamente os editais, todas as fases do certame e comunicados oficiais divulgados conforme item anterior, ler e interpretar o conteúdo destes, desobrigando totalmente o órgão licitador, por interpretações errôneas ou inobservâncias.
- 26.13.** A proponente deverá indicar ao Pregoeiro todos os meios de contato (telefone/endereço eletrônico), para comunicação, e obriga-se a manter os dados devidamente atualizados durante todo o decurso processual. Será de sua inteira responsabilidade o retorno imediato de todos os atos comunicados, os quais serão considerados recebidos, não lhe cabendo qualquer alegação de não recebimentos dos documentos.
- 26.14.** O pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município/SBMG S/A., quanto do emissor.
- 26.15.** Não havendo expediente, ocorrendo qualquer fato superveniente, ou mesmo indisponibilidade no Sistema Comprasnet que impeça a realização do certame na data e horário marcado, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 26.16.** Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Maringá - PR.
- 26.17.** Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.
- 26.18.** Não será aceito, em nenhuma hipótese, o consórcio parcial ou total entre empresas;
- 26.19.** Este processo foi elaborado a pedido da Diretoria de Infraestrutura da Terminais Aéreos de Maringá – SBMG S/A.

## **27. DOS ANEXOS**

**27.1.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

<b>ANEXO I</b>	Termo de Referência – em arquivo separado do edital
<b>ANEXO II</b>	Proposta Ajustada
<b>ANEXO III</b>	Declaração Unificada
<b>ANEXO IV</b>	Declaração de Responsabilidade por Danos
<b>ANEXO V</b>	Declaração de Visita Técnica
<b>ANEXO VI</b>	Declaração de Disponibilização de Equipe
<b>ANEXO VII</b>	Minuta do Contrato



*(assinatura eletrônica)*

.....  
**GUSTAVO CATELLI VIEIRA DA SILVA**  
**Diretor Presidente**

ANEXO II

PROPOSTA AJUSTADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

TERMINAIS AÉREOS DE MARINGÁ

CNPJ: 03.869.208/0001-30

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para o fornecimento e a instalação de aparelhos de ar-condicionado, incluindo todos os materiais e serviços necessários à plena operação dos equipamentos, com garantia mínima de 12 (doze) meses, abrangendo, durante esse período, toda a manutenção necessária, destinados ao Terminal de Passageiros do Aeroporto Regional de Maringá – SBMG.

Item	Descrição	Quant.	Unidade	Marca Modelo	Valor unitário	Valor Total
1	Aparelho de ar-condicionado piso-teto, com capacidade mínima de 57.000Btu/h e máxima de 60.000Btu/h, incluindo os materiais necessários para a instalação, conforme especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência.  Garantia mínima: 12 meses.	15	Unidade		R\$	R\$
2	Mão de obra para instalação dos aparelhos de ar-condicionado, incluindo todos os serviços necessários à sua plena operação, com garantia mínima de 12 (doze) meses sobre os serviços executados, devendo a contratada prestar assistência técnica e executar os reparos e intervenções necessários durante o período de garantia, sem ônus adicional para a Administração	01	Serviço		R\$	R\$
<b>Valor total dos itens</b>						<b>R\$</b>

- No valor global da proposta apresentada estão inclusos os Impostos, fretes, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas pertinentes à entrega dos materiais e execução dos serviços, bem como aquelas decorrentes de eventuais substituições;
- Os produtos ofertados são novos tem a garantia mínima estabelecida no Termo de Referência (anexo I);
- Local de entrega e execução dos serviços: Aeroporto Regional de Maringá-Terminal Aéreos de Maringá SBMG S.A, localizada na Avenida Doutor Vladimir Babkov, nº 900 - Parque Industrial Mario Bulhões CEP: 87065-665 – Maringá – PR.
- Declaro que estou ciente e de acordo com todas as cláusulas e condições contidas no edital e seus anexos.

**Local e data**

**Nome, RG, CPF e assinatura**

**Razão social, CNPJ, endereço e telefone da empresa.**

**(papel timbrado da licitante)**

**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO UNIFICADA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026**  
**TERMINAIS AÉREOS DE MARINGÁ**  
**CNPJ: 03.869.208/0001-30**

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado:

Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14**, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

**SIM ( ) NÃO ( )**

- 1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina a Lei Federal.
- 2) Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 3) Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.
- 4) Declaramos, para os devidos fins que não compõe nenhum integrante que tenha parentesco com: Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, Coordenadores ou equivalentes e Superintendente da SBMG, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, conforme dispõe o Art. 59 – Inciso V da Lei Orgânica do Município de Maringá.
- 5) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 6) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por esta Administração do Aeroporto, que o(a) **responsável legal da empresa** é o(a) Sr. (a)....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ..... cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura do Contrato.**

7) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que o Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:

**Responsável:**

**E-mail:**

**Telefone: (0xx)**

8) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto a Administração do Aeroporto, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

9 ) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do **Contrato**, referente ao Pregão Eletrônico n.º **Nº 06/2026** e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços ou Contrato.

10) Declaramos ter total conhecimento do objeto e do referido pregão, não sendo utilizado por nossa empresa, para qualquer manifestação posterior contra a Contratante.

Cidade/estado \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**Nome, RG, CPF e assinatura**

**Razão social e CNPJ da empresa**

**Endereço e telefone**

**(papel timbrado da licitante)**

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026**  
**TERMINAIS AÉREOS DE MARINGÁ**  
**CNPJ: 03.869.208/0001-30**

A empresa ....., inscrita no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal o Sr....., portador da carteira de identidade nº..... e do CPF nº .....,  
DECLARA, especialmente para o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026- SBMG**, que:

Se responsabiliza, comprometendo-se a reparar danos que, porventura, nossos serviços e/ou produtos causarem aos equipamentos da SBMG S/A. Equipamentos e peças que forem danificados, comprovadamente pela má qualidade dos serviços/produtos fornecidos/executados, serão prontamente substituídos ou ressarcidos.

Cidade/estado \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**Nome, RG, CPF e assinatura**  
**Razão social e CNPJ da empresa**  
**Endereço e telefone**

**(papel timbrado da licitante)**

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO VISITA TÉCNICA**

À  
Terminais Aéreos de Maringá SBMG  
Referente Pregão Eletrônico Nº 06/2026

A empresa ....., inscrita no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal o Sr....., portador da carteira de identidade nº..... e do CPF nº ....., DECLARA, especialmente para o **PREGÃO Nº.06/2026-SBMG S/A**, que **não** realizou visita técnica, mas que conhece as condições dos locais em que serão realizados os serviços, bem como todas as suas peculiaridades, e que assume a responsabilidade por eventual erro em sua proposta decorrente da falta de visita ao local.

Cidade/estado \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

**Nome, RG, CPF e assinatura**  
**Razão social e CNPJ da empresa**  
**Endereço e telefone**

**OBS: Em caso de realização de visita técnica, o licitante deverá substituir a declaração de NÃO VISITA TÉCNICA pela declaração de VISITA TÉCNICA devidamente assinada pelo responsável da Terminais Aéreos de Maringá SBMG S/A.**

**(papel timbrado da licitante)**

**ANEXO VI**

**DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE EQUIPE**

À  
Terminais Aéreos de Maringá SBMG  
Referente Pregão Eletrônico Nº 06/2026

A empresa ....., inscrita no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal o Sr....., portador da carteira de identidade nº..... e do CPF nº ....., DECLARA, especialmente para o **PREGÃO Nº.06/2026-SBMG S/A**, que dispõe de equipe operacional devidamente qualificada e capacitada, em conformidade com as Normas Regulamentadoras aplicáveis às atividades a serem executadas, especialmente:

- NR-10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- NR-35 - Trabalho em Altura, quando aplicável.

Declara, ainda, que seus colaboradores possuem treinamento válido e atualizado, conforme exigências legais vigentes

Cidade/estado \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

**Nome, RG, CPF e assinatura**  
**Razão social e CNPJ da empresa**  
**Endereço e telefone**

## ANEXO VII

### MINUTA DO CONTRATO

São partes integrantes neste instrumento de Contrato:

1. De um lado, **TERMINAIS AÉREOS DE MARINGÁ SBMG S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 03.869.208/0001-30, com sede na Av. Doutor Vladimir Babkov, s/nº, Parque Industrial Mário Bulhões, CEP: 87065-665, na cidade de Maringá - PR, neste ato representado pelo Presidente, Sr. **XXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº XXXXXX SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº XXXXXX, e pelo Vice-Presidente, Sr. **XXXXXXXXXXXXXX** brasileiro, estado civil, portador da Cédula de Identidade RG nº XXXXXX SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº XXXXXX doravante denominada CONTRATANTE.
2. De outro lado, a **XXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXX, Rua XXXXI, N. XXXX – Bairro XXXX, Cidade-Estado, neste ato representado pelo Sr. **XXXXXXXXXX**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº XXXXXX SSP-SP, inscrito no CPF/MF nº XXXXXXXX denominada CONTRATADA.

As partes acima nomeadas e qualificadas têm entre si, justo e acordado, celebrar o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, devidamente autorizado pelo **Processo Administrativo nº XX/202 – Pregão nº XX/2026**, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 13.303/16, Regulamento de Contratos da SBMG e pelas condições a que estipulam a seguir:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

Contratação de empresa especializada para o fornecimento e a instalação de aparelhos de ar-condicionado, incluindo todos os materiais e serviços necessários à plena operação dos equipamentos, com garantia mínima de 12 (doze) meses, abrangendo, durante esse período, toda a manutenção necessária, destinados ao Terminal de Passageiros do Aeroporto Regional de Maringá – SBMG.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Fica designado o servidor **XXXXXXXXXXXXXX**, matrícula XXXX, Cargo, portador da Cédula de Identidade RG nº XXXXX, inscrito no CPF sob o nº XXXXXX para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto deste contrato, nos termos da Lei Federal nº. 13.303/16.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO E VIGÊNCIA**

Contrato com vigência de 12(doze) meses, nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016 .

#### **CLÁUSULA QUARTA: ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

Item	Descrição	Quant.	Unidade	Marca Modelo	Valor unitário	Valor Total
------	-----------	--------	---------	-----------------	-------------------	----------------



1	Aparelho de ar-condicionado piso-teto, com capacidade mínima de 57.000Btu/h e máxima de 60.000Btu/h, incluindo os materiais necessários para a instalação, conforme especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência.  Garantia mínima: 12 meses.	15	Unidade		R\$	R\$
2	Mão de obra para instalação dos aparelhos de ar-condicionado, incluindo todos os serviços necessários à sua plena operação, com garantia mínima de 12 (doze) meses sobre os serviços executados, devendo a contratada prestar assistência técnica e executar os reparos e intervenções necessários durante o período de garantia, sem ônus adicional para a Administração	01	Serviço		R\$	R\$
<b>Valor total dos itens</b>						<b>R\$</b>

#### **CLÁUSULA QUINTA: DO VALOR, CONDIÇÃO DE PAGAMENTO E REAJUSTE**

Pelos serviços prestados pela CONTRATADA, o CONTRATANTE se obriga ao pagamento do valor total de R\$ ..... (.....) pela execução/entrega do serviço.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O pagamento será efetuado de acordo com o fornecimento do(s) produto(s), mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente recebida e atestada pelo fiscal do contrato;

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os pagamentos referentes ao item 1 (equipamentos e materiais de instalação) e 2 (mão de obra de instalação) serão realizados da seguinte forma:

- a) Equipamentos e materiais de instalação:** 50% (cinquenta por cento) referente ao valor dos equipamentos e materiais de instalação, em até 10 (dez) dias após a entrega dos produtos no Aeroporto de Maringá; 50% (cinquenta por cento) restante referente ao valor dos equipamentos e materiais de instalação, em até 10 dias após a instalação dos equipamentos.
- b) Mão de Obra de instalação:** 80% (oitenta por cento) do valor da mão de obra em até 10 dias após a instalação dos equipamentos e em pleno funcionamento; 20% (vinte por cento) restantes do valor dos serviços de instalação, após 90 (noventa) dias de funcionamento regular dos equipamentos, mediante verificação da adequada execução dos serviços e emissão do recebimento definitivo, sem constatação de falhas atribuíveis à instalação

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** As notas fiscais de serviços que tiverem retenção deverão ser emitidas até o 5º dia do mês subsequente ao da prestação do serviço, e o pagamento será realizado até o dia 30 do mesmo mês;

**PARÁGRAFO QUARTO:** O CNPJ da CONTRATADA constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada nos documentos de habilitação.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Em caso de prorrogação contratual que prorrogue o prazo de vigência para prazo superior a 12 (doze) meses, o valor poderá ser reajustado conforme índice IPCA, INPC-IBGE ou outro índice que o venha substituir no

período;

**PARÁGRAFO SEXTO:** Nas situações excepcionais, a Contratada poderá requerer o reequilíbrio econômico-financeiro com a devida comprovação dos fatores supervenientes;

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Dar-se-á, de pleno direito, independente da lavratura de Termo Aditivo ao Contrato, a redução da periodicidade de reajuste, quer por Ato do Poder Executivo ou por dispositivo legal

**PARÁGRAFO OITAVO:** A variação de preços ou flutuação cambial, isoladamente, não será objeto de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, uma vez que as oscilações cambiais usuais são inerentes ao risco da atividade empresarial, salvo casos excepcionais (Acórdão 1431/2017 do Tribunal de Contas da União)

#### **PARÁGRAFO NONO: DO REAJUSTE**

Por ocasião do pleito de reajuste, a CONTRATADA deverá observar o seguinte:

- a) O preço contratual poderá ser revisto, em caso de prorrogação do prazo entre a contratação até encerramento do contrato acontecendo após 12 (doze) meses da assinatura do contrato;
- b) Valor será reajustado conforme índice, estabelecido, tomando-se por base a variação do IPCA ou outro índice que o venha substituir no período;
- c) Caso a CONTRATADA não requeira o reajuste e/ou não comprove o desequilíbrio contratual tempestivamente e seja prorrogado o Contrato sem pleiteá-la, ocorrerá a preclusão do direito de repactuar.

#### **CLÁUSULA SEXTA: RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Caberá ao CONTRATANTE efetuar o pagamento pela prestação de serviços, objeto do presente instrumento, de acordo com o estabelecido na Cláusula Quinta.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Caberá ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo credenciamento ou descredenciamento dos funcionários da **CONTRATADA**, junto às áreas internas, órgãos, empresas públicas ou privadas, cujo contrato seja necessário para a perfeita consecução dos serviços, devendo a empresa apresentar relação de todos os empregados à Administração do Aeroporto, para controle de identificação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O **CONTRATANTE** deverá fornecer a **CONTRATADA**, sem ônus para esta, todas as informações existentes pertinentes e de interesse para a realização dos serviços, bem como dar à mesma as condições necessárias para regular execução do objeto deste contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

Serão de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual de danos materiais ou pessoais, causados a seus empregados, aos bens públicos ou a terceiros.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Caberá ainda, à **CONTRATADA**:

- a) Responsabilizar-se integral e diretamente pelos serviços contratados, assumindo responsabilidade legal, administrativa e técnica pela correta execução dos serviços e pela qualidade dos mesmos, nos termos da legislação vigente e das normas e procedimentos internos da CONTRATANTE
- b) Submeter-se à fiscalização da SBMG na execução dos serviços contratados;
- c) Fornecer os EPI'S necessários a execução dos serviços;
- d) Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela contratante;
- e) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de

segurança da contratante, conforme descrito no PSA (plano de segurança aeroportuária) DA CONTRATANTE;

- f) Fornecer a CONTRATANTE, os dados técnicos de seu interesse e todos os elementos e informações necessários, quando solicitados;
- g) Responsabilizar-se pelos pagamentos e encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais resultantes da execução do Contrato e quaisquer outros, em decorrência da sua condição de empregadora.
- h) Obriga-se a manter durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a contratação, devendo comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer sua manutenção;
- i) Não poderá ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes do contrato, sem a prévia e expressa concordância do CONTRATANTE;
- j) Responsabiliza-se por todos os danos e prejuízos causados a terceiros, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer responsabilidade civil ou ressarcimento de eventuais despesas;
- k) A CONTRATADA se responsabiliza por todas as dívidas porventura advindas da presente prestação de serviço junto ao comércio ou indústria, ficando o CONTRATANTE isento de quaisquer responsabilidades perante os mesmos.
- l) Caberá à CONTRATADA responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem como, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação;
- m) Realizar, quando necessário, o cadastro no SISCAER/PF e demais procedimentos de credenciamento no Aeroporto para emissão do crachá para ingresso em locais de área controlada e restrita;
- n) Fornecer os itens objeto deste termo de referência, realizando sua entrega no prazo de 30 (trinta) dias e instalação no prazo de 15 (quinze) dias.
- o) Prestar garantia pelo período mínimo de 12 meses a contar da entrega e instalação dos produtos em pleno funcionamento.
- p) Realizar instalação de acordo com normas do fabricante e técnicas de segurança.
- q) Realizar manutenções conforme normas do fabricante e técnicas de segurança.
- r) Solicitar à CONTRATANTE, através de ofício devidamente motivado, a celebração de aditivos, respeitando o disposto no Art. 81 da Lei Federal nº 13.303/2016.

#### **CLÁUSULA OITAVA: PENALIDADES**

Além das penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 13.303/16 e Regulamento de Contratos SBMG, a CONTRATADA ficará sujeita as sanções abaixo estabelecidas:

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA ensejará, garantindo a prévia defesa, a aplicação das seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de até 10% (dez por cento) do valor da contratação;
- c) Responder por perdas e danos, ocasionados ao SBMG/Contratante, os quais serão apurados em competente processo, levando-se em conta as circunstâncias que tenham contribuído para a ocorrência do fato;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** No processo de apuração de faltas cometidas pela proponente ou CONTRATADA, é assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa, ficando estabelecido o prazo de 10 (dez) dias para apresentação de

defesa prévia, contados da respectiva intimação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Pelo atraso no início da execução dos serviços e garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções:

- a) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do contrato em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo das sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do parágrafo primeiro desta cláusula;
- b) A partir do 16º (décimo sexto) dia de atraso no início da execução do serviço, se injustificado, ficará configurada a inexecução total do serviço e a Administração poderá aplicar a contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado.

**PARÁGRAFO QUARTO:** O valor da multa será descontado no primeiro pagamento após a sua imposição, respondendo por ela os pagamentos futuros e pela diferença, se houver.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A aplicação das sanções administrativas, inclusive as cláusulas penais, não exime a contratada da responsabilidade civil e penal a que estiver sujeita.

**PARÁGRAFO SEXTO:** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, previstas no contrato subsequente a esta contratação e na legislação vigente.

#### **CLÁUSULA NONA: DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS**

A troca eventual de documentos e correspondências entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita por intermédio de protocolo ou por outro meio de comunicação formal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO**

A presente prestação de serviços poderá ser rescindida pelo CONTRATANTE, de pleno direito, sem que caiba à CONTRATADA qualquer indenização, nos seguintes casos:

- a) cumprimento irregular das cláusulas pactuadas, especificações ou prazos;
- b) subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial, sem prévia anuência ou autorização escrita da CONTRATANTE;
- c) inobservância as características contratuais para cumprimento do objeto contratual;
- d) por infração reincidente da CONTRATADA de qualquer destas obrigações;
- e) manifesta impossibilidade, por parte da CONTRATADA, de cumprir as obrigações assumidas;
- f) declaração de falência ou recuperação judicial da CONTRATADA;
- g) se o serviço desenvolvido na área, objeto deste ajuste, ficar interrompido por mais de 48 horas (quarenta e oito horas), salvo se, por motivo de força maior, devidamente comprovado e aceito pela CONTRATANTE;
- h) lentidão na prestação dos serviços, que possa dar margem ao descumprimento de prazos ou prejuízos aos serviços da CONTRATANTE;
- i) por infração reincidente da CONTRATADA de qualquer destas obrigações;
- j) nas demais circunstâncias ou motivos, previstos nas legislações aplicáveis à espécie.

**PARAGRAFO PRIMEIRO:** Excluídos os casos de rescisão previstos nesta Cláusula, a parte que der causa à rescisão ficará sujeita a indenizar à outra parte, o valor correspondente a 2% (dois por cento) do valor das prestações mensais que faltarem para o término do contrato.

**PARAGRAFO SEGUNDO:** A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

As alterações de qualquer das disposições estabelecidas neste instrumento somente se reputarão válidas se tomadas expressamente em Termo Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente contrato rege-se pelas disposições expressas da Lei Federal nº. 13.303/06 e Regulamento de Contratos da SBMG e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS CONDIÇÕES GERAIS**

Todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie, que venham a ser devidos em decorrência do presente correrão por conta da CONTRATADA.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A prestação de serviços, objeto do presente contrato não acarreta, como consequência, a existência de qualquer vínculo empregatício entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA.

#### **CLAUSULA DÉCIMA QUARTA: DO SIGILO**

Todos os dados, informações, documentos e materiais trocados pelas partes em razão deste Contrato, incluindo os termos e as condições do Contrato, deverão ser tratados como informações sigilosas e restritas, e nenhuma das Partes deverá divulgar a terceiros ou fazer uso distinto do aqui estabelecido das referidas Informações, sem o prévio e expresso consentimento da outra Parte, permanecendo esta cláusula em vigor por um período de 5 (cinco) anos após o encerramento deste Contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Não serão consideradas informações confidenciais aquelas que:

- I. Sejam previamente conhecidas pela Parte receptora;
- II. Sejam independentemente desenvolvidas;
- III. Sejam obtidas de terceiros que, na medida de seu conhecimento, não estejam obrigados a um dever de confidencialidade; ou
- IV. Tornem-se públicas sem que as obrigações de confidencialidade aqui assumidas tenham sido violadas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** As informações confidenciais permanecem de propriedade exclusiva da Parte reveladora, não cabendo qualquer direito sobre elas à Parte receptora, devendo ainda a Parte receptora devolver ou destruir, mediante solicitação da Parte divulgadora, em qualquer tempo ou ao término do Contrato, todo e qualquer dado, informação, documento e/ou material recebido e que, eventualmente, esteja em seu poder.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO COMPLIANCE**

As partes comprometem-se ainda a:

- I. cumprir as leis de combate à corrupção e de defesa da concorrência;
- II. não utilizar, em quaisquer de suas atividades, trabalho análogo ao escravo e trabalho ilegal de crianças e adolescentes, observando a legislação vigente, bem como se comprometem a envidar seus esforços para que a referida medida seja adotada também na sua rede de relações comerciais;
- III. proporcionar aos seus empregados e demais trabalhadores envolvidos na realização dos serviços, um ambiente de trabalho seguro e saudável, com o cumprimento das leis e regulamentos relacionais a tais questões, devendo, ainda, fornecer todas as informações relevantes sobre prevenção e controle de riscos ocupacionais, saúde, segurança e qualidade de vida;
- IV. cumprir os acordos e convenções coletivas de trabalho, garantindo a liberdade sindical e o direito à negociação coletiva de seus funcionários, assegurando que os representantes de tais funcionários não sejam sujeitos à discriminação e que tais representantes tenham acesso aos membros de seu sindicato no local de trabalho;
- V. respeitar a legislação ambiental vigente, sendo certo que qualquer irregularidade ou dano causado por comprovada ação ou omissão de uma das Partes, de seus empregados, prepostos ou contratados será de inteira responsabilidade da Parte omissa de tal ação perante os órgãos e representantes do Poder Público e terceiros, bem como por quaisquer indenizações em decorrência de danos ou prejuízos causados;
- VI. adotar as medidas necessárias à proteção ambiental, cumprindo todos os procedimentos cabíveis visando à precaução de qualquer risco de dano ao meio ambiente que possa ser causado pelas atividades desenvolvidas;
- VII. não autorizar, oferecer, dar, se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou solicitar, aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem (prepostos, representantes, funcionários, colaboradores etc.), qualquer pagamento, doação, compensação, vantagem financeira ou não financeira ou benefício de qualquer espécie que constitua prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta, tendo ou não relação com o presente Contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA PROTEÇÃO DE DADOS**

A Contratada/Operadora garante que cumprirá com todas as políticas, regras e orientações de segurança da informação para proteção dos Dados Pessoais, incluindo questões relativas a armazenamento, criptografia e controles de acesso, a fim de protegê-los contra perdas, divulgações e acessos não autorizados, sejam esses acidentais ou não, devendo adotar medidas para garantir adequada segurança contra os riscos apresentados em decorrência da natureza dos dados.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A Contratada/Operadora notificará a Contratante/Controladora, sem atrasos, quando tomar conhecimento de uma Violação de Dados Pessoais que afete os Dados Pessoais da Contratante/Controladora. A notificação deverá fornecer à Contratante/Controladora informações suficientes para permitir que a esta cumpra quaisquer obrigações de relatar ou informar aos Titulares dos Dados sobre a Violação de Dados Pessoais nos termos da Lei Aplicável.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A Contratada/Operadora deve cooperar com a Contratante/Controladora e tomar as medidas comerciais razoáveis conforme orientado pela Contratante/Controladora para auxiliar na investigação, mitigação e remediação de cada Violação de Dados Pessoais.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Caso algum titular dos Dados Pessoais Tratados no âmbito do Contrato faça alguma requisição a quaisquer das Partes no exercício de seus direitos previstos nas legislações aplicáveis de proteção de Dados Pessoais, como por exemplo, mas sem limitação, solicite a retificação, atualização, correção, acesso ou exclusão de seus Dados Pessoais, as Partes deverão comunicar tal fato imediatamente entre si e proceder ao atendimento da requisição feita pelo Titular dos Dados Pessoais. Para fins de esclarecimento, a Contratante, na qualidade de controladora dos Dados Pessoais, será exclusivamente responsável por decidir se e como eventuais requisições dos Titulares deverão ser atendidas. No caso de uma requisição de exclusão dos Dados Pessoais pelos Titulares a Contratada/Operadora poderá mantê-los em seus sistemas se houver qualquer base legal ou contratual para a sua manutenção, por exemplo, para resguardo de direitos e interesses legítimos da própria Contratada/Operadora.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Caso a Contratante/Controladora venha a ser demandada, administrativa, judicial ou extrajudicialmente, em razão de tratamento de dados pessoais realizado pela Contratada/Operadora e/ou Afiliadas, incluindo, mas não se limitando em situações de incidentes de segurança, a Contratada/Operadora deverá enviar os melhores esforços para excluir a Contratante da referida demanda, sem prejuízo do ressarcimento quaisquer despesas, custos, multas, indenizações e/ou ônus que a Contratante/Controladora vier a incorrer em decorrência desta, incluindo, mas não se limitando aos honorários advocatícios, periciais e/ou contábeis e/ou eventuais condenações.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: ASSINATURA ELETRÔNICA**

As Partes aceitam integralmente que as assinaturas do presente instrumento serão realizadas através da Ferramenta de Assinatura Eletrônica CLICKSIGN, nos termos do parágrafo 2º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001, sendo o presente Contrato irrevogavelmente considerado, por todos que o assinam, como prova documental e título executivo extrajudicial, para todos os fins e efeitos ("Assinatura Eletrônica").

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** As Partes declaram e garantem que:

- a ) Possuem capacidade jurídica para assinar digitalmente o presente instrumento, não podendo alegar posteriormente a oposição de assinatura por quaisquer fatores que possam vir a entender como um impedimento;
- b) São os únicos responsáveis pelo sigilo e uso de seus e-mails, telefones celulares e senhas para consecução da Assinatura Eletrônica e que seu uso é pessoal e intransferível, devendo indenizar aqueles que sofrerem danos e/ou prejuízos pela utilização incorreta e/ou fraudulenta da Assinatura Digital;
- c) Ao utilizar a Ferramenta de Assinatura Eletrônica, após optar pela assinatura, recebem um novo e-mail com números do token para inserir no campo que irá assinar e finalizar, concordando com o documento que está assinado.
- d) Todas as evidências, físicas ou digitais, comunicações e transações eletrônicas entre as Partes se constituirão em evidências probantes e materializadas dos atos perpetrados e da legitimidade da Assinatura Eletrônica; e
- e) Adotam medidas de segurança em seus computadores, tais como a instalação de programa antivírus e de firewall

contra invasões.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: CASOS FORTUITOS OU FORÇA MAIOR**

Serão considerados eventos de caso fortuito ou força maior, sem qualquer limitação: as situações de calamidades de natureza, guerra, proibições governamentais, incêndios, greve, sabotagem, interrupção anormal do fornecimento de energia elétrica, agitações ou tumultos civis, terremotos ou qualquer outro evento fora de controle das Partes que provoque o descumprimento ou o atraso no cumprimento, por qualquer das Partes, das obrigações previstas no presente instrumento

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão resolvidos pelas partes contratantes, de comum acordo, ou pelas disposições legais aplicáveis à espécie.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA: DAS CONDIÇÕES GERAIS.**

As partes contratantes serão responsáveis perante terceiros pelos atos praticados por seus propositos, pelo uso indevido dos equipamentos ou pelos danos porventura provocados.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:- A CONTRATADA** tem pleno conhecimento dos elementos deste termo, dos locais e de todas as condições gerais e peculiares dos serviços a serem executados, não podendo inovar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo do seu perfeito cumprimento.

**PARÁGRAFO SEGUNDO: À CONTRATADA** é vedado prestar informações a terceiros sobre a natureza ou andamento dos serviços objeto do presente Contrato ou divulga-los por meio da imprensa escrita, falada, televisada e/ou outro meio qualquer de divulgação pública, salvo autorização expressa da **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:- A CONTRATADA** não poderá autorizar a visita aos locais de execução dos serviços de pessoas estranhas aos mesmos, salvo autorização expressa da **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO QUARTO :-** É vedado a **CONTRATADA** negociar duplicatas ou qualquer outro título cambial emitido contra a **CONTRATANTE** ou dar em garantia o presente Contrato.

**PARÁGRAFO QUINTO:-** Toda mão-de-obra utilizada pela **CONTRATADA** na prestação dos serviços não terá qualquer vínculo com a **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO SEXTO:-** Ocorrendo a propositura de Reclamação Trabalhista por empregado ou ex-empregado da **CONTRATADA** alocado na execução dos serviços objeto deste Instrumento e na qual seja citada a **CONTRATANTE** na condição de reclamada ou litisconsorte passiva, fica a **CONTRATANTE** autorizada a fazer a retenção do valor reclamado e dos pertinentes aos depósitos judiciais de qualquer crédito da **CONTRATADA** ou, se insuficiente este, da Garantia de Cumprimento do Contrato, até o trânsito em julgado da lide, cujo fatos serão levados ao conhecimento da Administração pelo órgão Jurídico da **CONTRATANTE**.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES COM RELAÇÃO À SEGURANÇA OPERACIONAL**

São obrigações e responsabilidade do provedor de serviços da aviação civil (PSC)/ contratada/prestadora de serviço que atua nas áreas operacionais:

- a) Cumprir com os requisitos estabelecidos nos regulamentos (nacional e internacional) emanados das autoridades aeronáuticas e demais normas vigentes;
- b) Fiscalizar o cumprimento por parte de seus funcionários, colaboradores e contratados dos regulamentos (nacional e internacional) emanados das autoridades aeronáuticas e demais normas vigentes;
- c) Agir de acordo com a política de segurança operacional estabelecida pelo operador aeroportuário, atendendo às determinações de segurança operacional estabelecidas pelo Sistema de Gerenciamento da Segurança

Operacional (SGSO);

- d) Garantir participação de seus funcionários, colaboradores, contratados nos cursos e treinamentos obrigatórios à atividade, estabelecido(s) em regulamento(s), ou julgado(s) necessário(s) pelo operador aeroportuário;
- e) Incentivar e fiscalizar seus funcionários, colaboradores e contratados a atuarem de forma a prevenir acidentes e incidentes nas áreas operacionais do aeroporto, encorajando-se a relatar situações de perigo à segurança operacional;
- f) Atuar em conjunto com a administração aeroportuária, quando solicitado, na análise do impacto sobre a segurança operacional com vistas à consolidação do processo de gerenciamento de risco da segurança operacional.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES COM RELAÇÃO À SEGURANÇA AVSEC**

São obrigações e responsabilidade do PROVEDOR DE SERVIÇOS DA AVIAÇÃO CIVIL (PSC)/ CONTRATADA/PRESTADORA DE SERVIÇO que atua nas áreas operacionais:

- a) Cumprir com os requisitos estabelecidos nos regulamentos (Nacional e Internacional) emanados das autoridades aeronáuticas e demais normas vigentes;
- b) Fiscalizar o cumprimento por parte de seus funcionários, colaboradores e contratados dos regulamentos (Nacional e Internacional) emanados das autoridades aeronáuticas e demais normas vigentes;
- c) Agir de acordo com a política estabelecida pelo operador aeroportuário, atendendo às determinações do setor de Segurança AVSEC;
- d) Garantir a participação de seus funcionários, colaboradores e contratados nos cursos e treinamentos obrigatórios à atividade, estabelecido(s) em regulamento(s), ou julgado(s) necessário(s) pelo Operador Aeroportuário;
- e) Participar, quando convocado, da Comissão de Segurança Aeroportuária (CSA);
- f) Incentivar e fiscalizar seus funcionários, colaboradores e contratados a atuarem de forma a prevenir o ato de interferência ilícita nas áreas aeroportuária, encorajando-os a relatar situações de perigo à Segurança AVSEC;
- g) Manter seus funcionários, colaboradores e contratados identificados com crachá e uniforme, respeitando o padrão adotado pelo operador aeroportuário;
- h) Manter seus veículos operacionais identificados com Autorização de Trânsito Interno de Veículos (ATIV);
- i) Elaborar e apresentar o Plano de Segurança e Empresa de Serviços Auxiliares ou Exploradores de Área Aeroportuária (PSESCA), de acordo com as normativas vigentes, com prazo mínimo de 15 (quinze) dias antecedente ao início das atividades;
- j) As atividades das áreas e/ou procedimentos aplicáveis devem ser iniciadas após o processo de análise e aprovação do PSESCA pelo operador do aeródromo;
- k) Implementar todos os procedimentos descritos no PSESCA aprovado;
- l) Realizar manutenção e revisão do PSESCA, de acordo com as necessidades da legislação vigente;
- m) O descumprimento da elaboração, manutenção e procedimentos do Plano de Segurança e Empresa de Serviços Auxiliares ou Exploradores de Área Aeroportuária (PSESCA), acarretará em Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: DOS CASOS OMISSOS**

OS casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor, em especial pela Lei nº. 13.303/16.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: DO FORO**

As partes, de comum acordo, elegem o foro da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, para dirimirem qualquer questão oriunda do presente Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

Estando justas e acordadas, as partes juntamente com as testemunhas assinam eletronicamente.

Maringá-PR, XX de XXXX de 2026.

**P/ CONTRATANTE:**



(assinatura eletrônica) (assinatura eletrônica)

XX

Presidente-SBMG Vice-Presidente - SBMG

**P/ CONTRATADA:**

**TESTEMUNHA:**



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Catelli Vieira da Silva, Diretor(a)-Presidente do SBMG**, em 18/05/2026, às 11:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **8663694** e o código CRC **436CB424**.

**Referência:** Processo nº 41.12.00000079/2026.58

SEI nº 8663694